

# A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais<sup>1</sup>

**João Augusto de Andrade Neto**

Antropólogo no Instituto Brasileiro de Museus / Ministério da Cultura (Ibram/MinC)

e-mail: joaoaugustofox@gmail.com

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos fundamentos teóricos e políticos que embasaram as diretrizes inicialmente adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tendo em vista o desenvolvimento da organização e da cooperação em assentamentos rurais. Isto é feito fundamentalmente a partir de uma análise sistemática dos documentos produzidos pelo MST sobre o tema nos anos de 1980 e 1990 e de entrevistas realizadas com militantes por meio de trabalho de campo. Além de realizar um resgate histórico, são apresentados elementos que explicitam e problematizam a referência leninista adotada pelo MST no que tange ao tema da cooperação e seu desempenho por camponeses. Questiona-se a diferença entre individualismo e autonomia em termos da visão centrada no campesinato como classe social e também do ponto de vista do assentado ou da família agrícola como unidade de produção e matriz de valores. Como o valor da autonomia individual dos assentados se choca com as tentativas de divisão social do trabalho agrícola nos assentamentos por meio da cooperação?

**Palavras-chave:** Cooperação; organização; assentamentos rurais; MST; leninismo.

## Abstract

### Theory and practice of MST for cooperation and organization in rural settlements

The aim of this paper is to present some of the theoretical and political fundaments that underlie the guidelines adopted by the Movement of Landless Rural Workers (MST) in view of the development of organization and cooperation in rural settlements. This is done primarily from a systematic analysis of documents produced by the MST on the subject in the 80's and 90's and based upon interviews with militants through fieldwork. In addition to a historical review, the paper presents elements that make explicit and problematizes the Leninist reference adopted by MST regarding the theme of cooperation and its performance by peasants. This article questions the difference between individualism and autonomy in terms of a vision centered on the peasantry as a social class and also from the point of view of the settler or the family farm as a production unit and a source of values. How the value of individual autonomy clashes with the settlers' attempts to establish through cooperation the social division of labor in the agricultural settlements?

**Keywords:** Cooperation; organization; rural settlements; MST; Leninism.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de estudos de doutorado financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa do tipo Demanda Social, entre os anos de 2009 e 2013.

## Resumen

### Teoría y práctica de MST para la cooperación y la organización de los asentamientos rurales

El propósito de este artículo es presentar algunos de los fundamentos teóricos y políticos que están en la base de las directrices adoptadas inicialmente por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en vista del desarrollo de la organización y la cooperación en los asentamientos rurales. Esto se hace principalmente a partir de una análisis sistemática de los documentos producidos por el MST sobre el tema en 1980 y 1990 y entrevistas con los militantes a través del trabajo de campo. Además de recuperar elementos históricos, se explica la referencia leninista adoptada por el MST con respecto a la cuestión de la cooperación llevada a cabo por los campesinos, problematizando-la. Nos preguntamos acerca de la diferencia entre el individualismo y la autonomía en términos de la visión centrada en el campesinado como clase social y también desde el punto de vista del colono o familia campesina como unidad de producción y matriz de valores. ¿En qué medida el valor de la autonomía individual colide contra los intentos de los colonos para mantener la división social del trabajo en los asentamientos agrícolas a través de la cooperación?

**Palabras clave:** Cooperación; organización; asentamientos rurales; MST; leninismo.

### Introdução

Após a conquista do direito à terra, na forma de projetos de assentamento implementados pelo poder público, novos e complexos desafios se colocam para as famílias e indivíduos mobilizados e para os militantes do MST<sup>2</sup>. No contexto da nova situação social que se abre às famílias que se engajam na luta pela terra, um problema recorrente é o de como engendrar a organização e formas de cooperação dentro dos assentamentos, de modo a não apenas viabilizar a permanência dos assentados nas terras obtidas, mas também construir oportunidades para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural. A partir de tal preocupação o MST construiu todo um acúmulo de teorizações e experiências empíricas sobre o tema da cooperação em assentamentos rurais. O objetivo deste artigo é recuperar uma parte relevante do debate e da experiência produzidos pelo MST sobre o assunto, elucidando suas origens teóricas e políticas e as problematizando.

Além de realizar um resgate histórico, são apresentados elementos que explicitam e questionam a referência leninista adotada pelo MST no que tange ao tema da cooperação e seu desempenho por camponeses. Questiona-se a diferença entre individualismo e autonomia em termos da visão centrada no campesinato como classe social e também do ponto de vista do assentado ou da família agrícola como unidade de produção e matriz de valores. Como o valor da autonomia individual dos assentados se choca com as tentativas de divisão social do trabalho agrícolas nos assentamentos por meio da cooperação?

Segundo Marx, o termo cooperação remete à “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1988, p. 374). Explicando a visão de Marx sobre a cooperação, Pedro Christoffoli, militante do MST e especialista no assunto, sugere que a cooperação “baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho” (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 158). Esta concepção

<sup>2</sup> Quando utilizo os termos MST ou Movimento estou me referindo aos militantes, coordenadores e dirigentes da organização que a engendram, os quais não se confundem necessariamente com a base social de acampados e assentados, exceto quando estes sujeitos se definem como integrantes do mesmo. Não se trata de reificar o MST concebendo-o como um “ser” dotado de opiniões e ações próprias, mas sim como um símbolo que agrega diferentes sujeitos dentro de uma entidade não formalizada composta por diversos coletivos que não agem e pensam de forma monolítica.

econômica de cooperação está na base da teoria da cooperação do MST, a qual acabou por se tornar inseparável de uma teoria da organização política, como veremos.

## Antecedentes históricos da cooperação agrícola no MST

Entre 1979 e 1984, já tendo conquistado os primeiros assentamentos por meio de ocupações de terras, não havia discussão sobre a produção dentro do MST, senão em termos marginais, e cada assentado buscava resolver seus problemas e levar sua vida adiante de maneira independente, trabalhando em seu lote a partir da força de trabalho familiar, voltando-se sua produção basicamente para o autoconsumo e venda de alguns excedentes. Embora houvesse algum nível de cooperação, esta se dava sem um planejamento consistente, calcada em geral em práticas de base familiar da tradição rural brasileira como o mutirão e a troca de dias de serviço<sup>3</sup>, ou, noutros casos, incentivada por apoiadores de fora como membros da Igreja ou militantes, que ajudaram a criar os primeiros grupos comunitários ou associações informais (MST, 1997).

A origem do MST está intimamente relacionada à ação da Comissão Pastoral da Terra<sup>4</sup>, cujos agentes atuavam tanto junto aos processos de luta por terras como na assessoria aos assentamentos. Utilizando o lema “terra de Deus, terra do irmão”, os agentes pastorais incentivavam que a produção e o consumo fossem feitos de forma coletiva nas terras conquistadas por meio da luta (Entrevista realizada com Delwek Matheus em 06/02/11, no município de Presidente Prudente, São Paulo). Além da influência deste viés moral da proposta de trabalho coletivo da Igreja Católica, as primeiras experiências de acampamentos também impunham algum nível de cooperação para os seus participantes, dadas as dificuldades de sobrevivência colocadas, levando-os a trabalhar em formas coletivas de autossustentação.

Com a consolidação do MST como organização autônoma e de caráter leninista houve sua progressiva diferenciação em relação aos demais mediadores e representantes presentes no campo das lutas agrárias, em especial ao sindicalismo rural e a Igreja<sup>5</sup>. Distinguindo-se do projeto de exaltação aos valores morais dos camponeses, conforme era a proposta da Igreja, o MST passou a tentar implementar formas mais racionais – e menos fundamentadas na fé e em valores religiosos – de cooperação e coletivização baseadas nas teorias e experiências históricas socialistas. Entra em jogo uma outra fonte de inspiração política, fruto da aproximação do MST com a esquerda socialista em meados dos anos 1980, ainda que mantendo seus vínculos com a esquerda católica.

Já nos anos 80 e 90, a forma do MST de organizar o assentamento foi, principalmente, com o incentivo à realização da cooperação agrícola por meio do trabalho coletivo, preferencialmente, por meio de cooperativas e associações. Na visão do MST, as vantagens econômicas do trabalho em conjunto estariam na possibilidade de adquirir máquinas em comum, de aumentar a área cultivada, de plantar na época mais adequada, de aproveitar melhor o solo, de obter maior rendimento do trabalho, de diversificar as culturas, de aperfeiçoar as técnicas de cultivo, de obter assistência técnica de agrônomos mais facilmente, de dividir os prejuízos causados por pragas e intempéries, de barganhar melhores preços no mercado, de substituir no trabalho algum membro da família que

<sup>3</sup> No caso da troca de dias uma pessoa ajuda a outra no trabalho em sua terra e depois esta devolve o favor da mesma forma. Já no mutirão se reúnem os moradores de uma localidade tendo em vista ajudar uma pessoa ou família realizando uma tarefa determinada.

<sup>4</sup> “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. [...] a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra” (Fonte: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico#sthash.vz5AEzpa.dpuf>>. Acesso em: 28/08/2013).

<sup>5</sup> Navarro (1995) sugere que a adesão ao leninismo por parte da direção do MST a partir de 1986 teria sido responsável por uma tentativa de “ideologização da produção”, em que se propôs a constituição de cooperativas completamente coletivizadas, o que autor pejorativamente percebe como sintoma de “mistificação ideológica”.

adoeça, de especialização dos trabalhadores em determinadas tarefas etc. (MST, 1986a; 1986c).

A partir das experiências embrionárias de cooperação em assentamentos no Paraná nos anos 1980, as lideranças do MST concluíram que o parcelamento da terra inviabilizou as propostas de organização de base comunitária. No primeiro e no segundo Encontro Nacional dos Assentados organizados pelo MST em 1985 e 1986 se havia diagnosticado um problema generalizado de baixa produção dos assentamentos (com raras exceções), o que gerou a conclusão de que se cada assentado tentasse sozinho resolver seus problemas com a produção teria o mesmo destino dos pequenos produtores em processo de descapitalização<sup>6</sup>. Para evitar essa consequência, era necessário investir na organização interna dos assentamentos, estimulando a cooperação entre as famílias, o que proporcionaria ganhos econômicos e ainda “liberaria quadros” do assentamento para trabalhar em atividades políticas do MST. Assim, o Movimento passou a atuar nos assentamentos e, principalmente, nos acampamentos, estimulando a organização das famílias em pequenos grupos de trabalho coletivo (BAVARESCO, 1998).

A implementação de propostas e práticas de cooperação nos assentamentos está na base da política de “liberação de quadros”<sup>7</sup> do MST, voltada ao fortalecimento da organização. Os assentados que aderiam à proposta de cooperação do MST passaram a contribuir para que algumas lideranças mais destacadas em seus assentamentos se deslocassem para outras regiões do país para organizar novas ocupações, nacionalizando sua atuação. Para isto assumiam o compromisso de cuidar dos lotes dos militantes “liberados” e pagavam ao MST uma taxa de aproximadamente 2% do valor recebido do crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)<sup>8</sup>, o que permitiu o estabelecimento de um fundo de recursos para financiar o Movimento. Neste mesmo sentido da busca por autofinanciamento, o MST passou a cada vez mais disputar a gestão de recursos estatais em linhas de financiamento de agroindústrias, infraestrutura etc. Crescia então o espaço de diálogo entre MST e Estado, sendo a própria regulamentação do PROCERA um fruto de negociações diretas entre MST e INCRA (MEDEIROS, 2001).

Por um lado, os primeiros assentamentos precisavam mostrar para a sociedade que eram economicamente eficazes, simbolizando os potenciais da reforma agrária. Assim, houve um grande investimento na produção dos assentamentos, de forma a legitimá-los socialmente e garantir a sobrevivência econômica dos assentados. Como o MST tinha ascendência sobre um número muito grande de assentamentos realizados pelos governos estadual e federal, ao lema do Movimento “ocupar e resistir”, que indicava a prioridade da luta pela terra, acrescentou-se o termo “produzir”, no final da década de 80, colocando como eixo central também a produção nos assentamentos (MEDEIROS, 2001). Por outro lado, sob a influência do leninismo, adotou-se a tese da produção coletiva como sendo oposta ao que consideravam pejorativamente como o “individualismo” camponês, isto é, seu apego à propriedade individual da terra e ao trabalho organizado autonomamente pela família em seu estabelecimento produtivo, sobre bases artesanais.

## **Alguns marcos iniciais do debate sobre a cooperação dentro do MST**

<sup>6</sup> Na região Sul, a preocupação com a questão da produção não era algo novo, estando desde antes já presente dentro dos sindicatos de pequenos produtores rurais então existentes, cuja base vinha crescentemente sendo integrada aos complexos agroindustriais e/ou sendo expropriada de suas terras.

<sup>7</sup> Os “quadros” são figuras políticas que se destacam por sua liderança, popularidade e demais habilidades respeitadas na arena política como capacidade de análise, de discurso, de ação etc.

<sup>8</sup> “O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva” (REZENDE, 1999, p. 1). No entanto, o programa não começou a funcionar de imediato.

A conquista de um número cada vez maior de áreas de assentamento impôs ao MST o desafio de pensar o que fazer com relação aos assentados. A partir de 1984 começa a se perceber e discutir as enormes dificuldades pelas quais passavam os assentados, que encontravam obstáculos para sair da situação da fome e miséria, e, em alguns casos, eram levados pelas circunstâncias a perder os lotes. Os maiores desafios diziam respeito à produção e comercialização, problema comum também à maioria dos pequenos agricultores do país. No caso dos assentados o problema era considerado como mais grave, pois as terras desapropriadas eram em geral de má qualidade em termos da produtividade agrícola e os assentamentos eram feitos com lotes pequenos, faltando recursos para investimento na produção e assistência técnica que os orientasse de acordo com seus interesses e necessidades, além da falta de infraestrutura básica como estradas, rede de luz elétrica, abastecimento de água, moradia e escolas.

Algumas primeiras iniciativas foram tomadas por meio de trabalhos comunitários com roças e compras coletivas de máquinas, implementos, animais de tração, material de construção e também na venda de produtos em conjunto. Chegou-se a cogitar a criação de outro movimento com o objetivo de representar exclusivamente os assentados, mas logo tal proposta perdeu espaço e dentro do MST se passou a discutir e implementar formas de organização para os assentamentos centradas na ideia de cooperação agrícola (CALDART, 2004).

No primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985, em Curitiba, capital do Paraná, não se discutiu em profundidade o tema da organização dos assentados e os debates giraram fundamentalmente em torno a preocupações ligadas à luta pela terra. No entanto, no mesmo ano, realizou-se o primeiro Encontro Nacional dos Assentados, em Cascavel, também no Paraná, quando então se decidiu definitivamente serem assentados como parte do MST, formando sua base, o que levou à superação da tese de que seria preciso constituir outro movimento popular para dar conta de suas demandas (que será denominado movimento “pé no chão”) (CALDART, 2004; MST, 1997).

Foi neste primeiro Encontro que se definiu a criação de uma Comissão Nacional dos Assentados que seria responsável por trabalhar a questão da produção e teria representação em todos os estados onde o MST atuasse. Decidiram-se então algumas orientações sobre como os assentamentos deveriam se organizar em nível local, estadual e nacional: cada assentamento deveria criar uma comissão ou associação e a nível estadual e nacional se criariam comissões dos assentados. Ao mesmo tempo, dentro da Secretaria Nacional haveria um setor de acompanhamento dos assentamentos coordenado por um agrônomo responsável por articular os demais agrônomos e técnicos agrícolas que apoiam o MST e que operam nos assentamentos realizando um trabalho técnico “que combina com a linha política do Movimento” (MST, 1997).

Foi eleita uma coordenação de assentados com o objetivo de negociar junto ao poder público uma linha especial de crédito para os assentados. No mesmo ano o PROCERA, inicialmente administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foi criado, contando com subsídios. A princípio o tema da cooperação era discutido dentro da Comissão Nacional dos Assentados tendo em vista principalmente o acesso, gerenciamento e aplicação do crédito financiado pelo estado. Porém, logo se chegou à conclusão de que o crédito constituía apenas parte do que deveria ser uma política mais ampla de cooperação entre os assentados (MST, 1998).

Relevante é o fato de que inicialmente se mencionava o termo “trabalho comunitário” ao invés de cooperação, sugerindo certa indefinição não meramente semântica, mas que de fato dizia respeito ao caráter da proposta. Dentre as resoluções do II Encontro Nacional dos Assentados, definiu-se que o papel da Comissão Nacional dos Assentados seria o de apresentar o tema da organização interna dos assentados, elevando a adoção do trabalho comunitário a “bandeira” da organização. Neste sentido, deveria divulgar experiências de trabalho comunitário e de compra e venda em conjunto, produzir cartilhas e cursos de formação para lideranças, sugerir diferentes formas de organização comunitária e pleitear junto ao poder público recursos subsidiados para investimentos comunitários nos assentamentos, devendo esses recursos serem repassados para as associações dos

assentados (MST, 1986b). A noção de “comunitário” está relacionada às experiências realizadas por membros da Igreja Católica junto a trabalhadores rurais, anteriores e paralelas às do MST, bem como à influência destes no que tange à inclusão dentro do MST do ideal do “comunitarismo” como um valor moral superior.

Por outro lado, dentre as resoluções produzidas pelo mesmo Encontro consta a definição do papel da Comissão Estadual dos Assentados como sendo responsável por divulgar experiências de cooperação agrícola e desenvolver a consciência política dos assentados e dos acampados por meio de um programa de formação política através de cursos, visando combater o “individualismo” – o que, como veremos, já apontava para a existência da influência do leninismo dentro do MST. Os temas desses cursos girariam em torno de eixos como “O Capitalismo e seu funcionamento; Organização Política dos Trabalhadores; Formação Bíblica como Luz e Fundamento da Caminhada” (MST, 1986b, p. 173).

A escolha desses temas pode ser lida como um indicativo de dois elementos. Primeiro, a ideia de formação bíblica sugere a força que segmentos da Igreja ainda possuíam dentro do MST no sentido de sugerir as linhas de trabalho do Movimento, em particular no que tange à formação. Posteriormente, a Igreja viria a ter sua influência reduzida ante a ascensão da corrente leninista dentro do MST e à proposta de uma formação de base religiosa e moral se sucederia o privilégio à formação política voltada à produção de quadros militantes. Em segundo lugar, fica claro que a organização dos assentados foi desde o início pensada tendo em vista o desenvolvimento de sua “consciência social” no sentido de atingir o *status* de “consciência política”, tendo como base a crítica ao capitalismo e a inserção numa organização classista de caráter socialista.

A distinção entre “consciência social” e “consciência política” remonta a uma leitura sobre a questão das classes sociais presente no debate marxista sobre classes sociais. Por exemplo, Karl Marx (1978a), no texto “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, afirma que os camponeses na França são vistos apenas como uma soma de famílias com suas propriedades de terras, sem constituir qualquer tipo de organização política: “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (MARX, 1978a, p. 397). O autor afirma que os milhares de famílias camponesas na França se constituem numa classe à medida que vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, interesses e cultura aos das outras classes da sociedade – isto é, num sentido ontológico, uma classe em si, com certo tipo de “consciência social”. Não obstante, não se constituem como classe no sentido de que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação limitada geograficamente pelo local em que habitam e que os interesses que possuem em comum não lhes fornece a base para a criação de qualquer tipo de comunidade, ligação nacional ou organização política – ou seja, não se constituem como uma classe em suas práticas sociais de luta, na forma de atuar politicamente de maneira orgânica, não atingindo o patamar de classe para si, isto é, uma classe dotada de “consciência política”.

No período entre 1984 e 1989, havia duas linhas principais de organização da produção. Uma primeira se dava em pequenos grupos e associações coletivas, surgidos em geral por motivação religiosa, contendo inicialmente pelo menos entre 10 e 15 famílias. Defendia-se a ideia de que os sem-terra deviam trabalhar juntos à terra e assim foram tentadas experiências, baseadas inclusive no imaginário sobre os 12 apóstolos e as primeiras comunidades cristãs existentes na história (MST, 1997).

Uma segunda linha de cooperação era a de grandes associações destinadas não ao trabalho coletivo, mas para representação política dos assentados e prestação de serviços. Essas experiências permitiram iniciar o processo de “liberação de lideranças”: era preciso disponibilizar “quadros” dedicados integralmente à manutenção da máquina do MST, organizando novas ocupações e constituindo assim o Movimento como uma “organização social”. As lideranças, que antes só participavam dos encontros, passaram a ser financiadas pelas associações para atuar como militantes profissionais do MST (MST, 1997).

Em 1989, o MST define em seu V Encontro Nacional o novo lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”, que será adotado no II Congresso Nacional em 1990 (MST, 1997). Conforme descrito no site do MST na internet e numa publicação do Movimento de 1999 em que se faz um balanço sobre a evolução de concepção agrícola do MST, com a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – ambos históricos aliados do MST –, à candidatura para presidente da república em 1989 e com a posse de Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional, a expectativa de ampliação das políticas ligadas à reforma agrária se esvaneceu. A direção do MST previu que se desencadearia um recrudescimento da repressão violenta por parte do Estado para procurar destruir o Movimento, o que se confirmou logo em seguida, com a nomeação de um delegado da Polícia Federal para investigar a sua atuação, realizando prisões e processando lideranças. Visando preparar-se para essa conjuntura o Movimento se volta para os cuidados internos com a organização, buscando desenvolver a organização interna dos assentados e acampados, a busca de autonomia política e financeira, o fortalecimento dos setores e os debates e a elaboração de uma proposta política e organizativa para um novo setor do MST: o Setor de Produção (Fonte: <<http://www.mst.org>>. Acesso em: 17/05/2013; MST, 1999).

### **A adoção da teoria da organização de Clodomir Santos de Morais**

A orientação voltada para a cooperação nos assentamentos foi inicialmente detalhada por meio da publicação por parte do MST do livro “Construindo o Caminho”, em junho de 1986 (MST, 1986b). No mesmo ano foi publicado o “Caderno de Formação n.º 10”, que tinha como objetivo estabelecer a discussão entre os grupos de famílias nos assentamentos sobre os modos de sua organização. Isto seria um dos meios para se realizar “a busca por uma sociedade diferente, onde os companheiros tenham direitos iguais e uma vida digna”, demonstrando a possível existência de formas “bem simples de organizar uma cooperação agrícola criada pelos trabalhadores dentro do próprio assentamento, visando se defender da exploração capitalista imposta a todos os trabalhadores” (MST, 1986a, “Apresentação”, S/P).

O “Caderno de Formação n.º 10” já afirmava a existência de posição favorável dentro do Movimento ao uso de tecnologias alternativas ao padrão imposto pelas multinacionais do campo que produzem e vendem agroquímicos, fertilizantes, inseticidas, herbicidas e agrotóxicos em geral. Condenando o sistema de assistência técnica patrocinado pelo Estado como sendo responsável pela introdução desse padrão tecnológico que atendia aos interesses das multinacionais, o texto do documento afirma a necessidade de desenvolvimento e aplicação de técnicas a partir do conhecimento da agricultura brasileira, unindo os conhecimentos tradicionais dos agricultores à ciência agrônômica alternativa. São listadas uma série de técnicas inseridas no Programa de Tecnologias Alternativas (PTA), então ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que remetem ao que posteriormente veio a ser conhecido como agroecologia<sup>9</sup>. Nos anos 1980 não se falava ainda em agroecologia no MST e, mesmo nacionalmente, o tema não havia ainda emergido com a força que veio a ganhar mais recentemente. Mas, desde então, as tecnologias alternativas já começavam a ser difundidas quer pelo PTA, quer por grupos de agrônomos críticos ao padrão produtivo dominante da chamada Revolução Verde<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> A perspectiva agroecológica de promoção do desenvolvimento, longe de ser um receituário acabado sobre estratégias e métodos, identifica-se com o amplo conjunto de enfoques, de cunho ambientalista que, potencialmente, ofereceria alternativas ao estilo de produção praticado e difundido pela agricultura moderna e empresarial, base do chamado agronegócio (DIAS, 2004, pp. 148-149).

<sup>10</sup> “A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção” (PEREIRA, 2012, p. 685).

Em seguida à publicação do “Caderno de Formação n.º 10” foram formuladas as bases de uma teoria da cooperação centrada no desenvolvimento de cooperativas baseadas na coletivização dos meios de produção e do trabalho, com divisão técnica do trabalho e especialização técnica, tendo como objetivo desenvolver a produção agroindustrializada (FERNANDES e STÉDILE, 1999). Os fundamentos dessa teoria aparecem referidos explicitamente às obras de autores da literatura socialista como Karl Marx e o líder político chinês Mao Tsé-Tung e, principalmente, em experiências e escritos desenvolvidos por Clodomir Santos de Moraes, que fora militante das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro e atuou como consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em projetos de desenvolvimento rural em países da América Latina ao longo dos anos 70 (MST, 1986c; 1988). Através da influência de Clodomir Moraes teria se consolidado o fundamento leninista da teoria da cooperação do MST, que assumiria centralidade nesta.

Como Clodomir Moraes teria se unido ao MST e como sua teoria da organização foi transformada num pilar central no debate sobre a cooperação no interior do Movimento? Reduzir as explicações disto a um resultado “natural” do desenvolvimento da biografia de Moraes e da trajetória social do MST significaria ignorar as relações reais vividas pelos agentes no processo social. Como se juntam em determinado momento, quais as disputas existentes no interior do Movimento, quem eram então seus assessores e intelectuais orgânicos, como se configurava a diversidade de mediadores que atuavam junto aos acampados e aos assentados, são algumas das questões que decerto influenciaram o contexto em que a opção por uma linha teórica, política e prática foi assumida pelo MST.

Havia então – e, de fato, ainda hoje existe – um interesse em responder à questão sobre como organizar os assentamentos mantendo, ao mesmo tempo, os assentados como militantes e base social do MST. Neste sentido, a cooperação era vista como um meio de manter laços de solidariedade entre os assentados que seriam acionados não apenas para a sua reprodução econômica, como também serviriam para as lutas sociais e políticas realizadas pelo Movimento. Navarro (1995) ressalta que a adesão de parte dos dirigentes do MST ao ideário leninista a partir de 1986 teve influência direta na opção por modelos de cooperativismo de caráter coletivista, uma vez, que as cooperativas eram consideradas também como instituições que poderiam potencializar as lutas à medida que os agentes experimentassem formas complexas de organização socioeconômica que trariam mudanças em sua consciência social.

Segundo Fernandes (1999), consolidava-se então no MST a visão de que a luta pela reforma agrária e a luta pela terra precisariam necessariamente se desenvolver no terreno da luta de classes:

Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento [...]. Para garantir essa forma é preciso ter a autonomia política como essência. Essa concepção é resultado da prática social e da leitura que os sem-terra fizeram da história dos movimentos camponeses. Desse modo, procurando sempre aprender para não cometerem erros do passado, os sem-terra procuraram os líderes das lutas camponesas das décadas de 1950 – 60 para conhecerem suas experiências (FERNANDES, 1999, p. 76).

A identificação do MST para com as expressões históricas da rebeldia camponesa e a busca pelo conhecimento das experiências dos movimentos sociais rurais do período pré-1964 levaram a um trabalho de conhecer não apenas através de livros a história desses movimentos, mas também por meio do acesso direto aos seus líderes que ainda estavam vivos. Clodomir de Moraes, leninista por formação política e teórica, além de ter acumulado experiência profissional em trabalhos com organizações camponesas nos anos 70 e 80 na

América Latina, tinha sido militante das Ligas Camponesas no período pré-64<sup>11</sup>, um dos principais movimentos sociais da história brasileira, fato este que decerto influenciou a aproximação do MST em relação ao autor, considerando-se o fato de ambos serem movimentos sociais rurais de caráter popular e de que os membros do MST se inspiram no exemplo histórico das Ligas. Morais também foi eleito deputado estadual em Pernambuco pelo Partido Comunista Brasileiro no período pré-64 e amargou o exílio imposto pela ditadura civil-militar de 1964, ocasião em que trabalhou em diversos países realizando assessorias para a FAO e a OIT. Em 1979 viria a publicar um estudo chamado “Apuntes de la teoría de la organización”, escrito originalmente para um curso de capacitação para a organização de produtores na reforma agrária, texto este que foi apropriado e publicado pelo MST, com a autorização do autor.

Em agosto de 1986, apenas dois meses após a publicação de “Construindo o Caminho” e do “Caderno de Formação n.º 10”, o MST publicou uma versão traduzida do texto de Morais com o nome “Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo”, no âmbito de uma coleção de cadernos destinados à formação de militantes (“Caderno de Formação n.º 11”). Morais baseia-se em autores marxistas como o economista polonês Oskar Lange, a socióloga chilena Marta Harnecker e o teórico político alemão Karl Kautsky, sendo suas obras as principais referências bibliográficas que referencia explicitamente (MST, 1986c). Embora se tratasse de um trabalho que tinha como objetivo organizar camponeses, chama a atenção o fato de que não são sequer citados autores que trabalham com o tema do campesinato como Jerzy Tepicht (1973)<sup>12</sup> e Alexander Chayanov (1985)<sup>13</sup>, dentre outros, muito discutidos no Brasil em análises sobre grupos sociais a partir da teoria do campesinato. Esses autores não eram levados em consideração em função da adesão de Morais ao leninismo, teoria que julga as formas artesanais de trabalho do campesinato como um empecilho para o desenvolvimento de sua consciência social e política. Além disto, esses autores eram também militantes políticos e participaram de experiências de Estados socialistas, o primeiro na Polônia e o segundo na Rússia, e em suas teorizações e em sua prática trabalhavam tentando entender as dinâmicas do campesinato, ao invés de negá-lo frontalmente e partir do pressuposto de sua progressiva extinção como fruto do desenvolvimento capitalista, como propunha Vladimir Ilitch Lênin (1988a).

O referido texto de Morais se baseia na crítica às “formas artesanais de trabalho” realizadas pelos camponeses, ecoando a releitura de uma crítica dirigida por Lênin ao uso do “trabalho artesanal” na militância socialista, entendido como a falta de preparação prática e de habilidade no trabalho de organização política de alguns segmentos marxistas revolucionários, na “estreiteza do trabalho revolucionário”, no culto à espontaneidade nas ações e na organização e à limitação das lutas operárias aos objetivos econômicos – o chamado “economismo” (LÊNIN, 1988b).

Levanto a hipótese de que a teoria de Morais se baseia numa leitura ortodoxa do materialismo histórico e da economia política marxista, que, inspirada pela formulação de Vladimir Lênin, sustenta a premissa de que o formato do processo produtivo no qual se insere um estrato social determina estritamente a forma de sua consciência. Neste sentido, Morais realiza uma leitura que parece reproduzir o modelo de Karl Marx da infraestrutura

<sup>11</sup> Surgidas em Pernambuco, as Ligas Camponesas atuavam tanto no judiciário como politicamente, realizando mobilizações e constituindo uma pauta de reivindicações “que incluíam a extinção do cambão, do barracão e a luta contra o aumento do foro. A essas reivindicações de caráter mais imediato, acoplava-se a luta pela reforma agrária” (MEDEIROS, 1989, p. 48).

<sup>12</sup> Publicista, professor e pesquisador especialista em economia e sociologia rural, desenvolveu estudos sobre o campesinato polonês e o socialismo, o que fez com grande propriedade por ter trabalhado de maneira bem próxima com a política agrária na Polônia durante o período em que o país tinha um regime de inspiração socialista e implantar a coletivização de terras (Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066157408437890>>. Acesso em: 16/07/2013).

<sup>13</sup> Economista russo que produziu estudos sobre a forma de organização da economia camponesa, detalhando a lógica interna de funcionamento dos grupos domésticos como unidades de produção. Sua teoria afirma que a lógica econômica camponesa não equivale à racionalidade capitalista de mercado, sendo os cálculos econômicos camponeses orientados de forma distinta, de modo a assegurar apenas a sua reprodução social e não a busca do lucro.

econômica determinante da superestrutura ideológica, política e jurídica<sup>14</sup>, simplificando-o e reduzindo-o no que tange ao caráter dialético das correlações entre infraestrutura e superestrutura.

Contrariando essa leitura mecanicista, Friedrich Engels, em cartas a Schmidt, Bloch e Mehring, afirma que a forte ênfase colocada por ele e por Marx com relação à determinação do aspecto econômico, evidenciada pelo modelo infraestrutura/superestrutura, foi fruto do contexto de debates políticos e teóricos que se colocavam à época, quando ambos enfrentavam adversários que negavam veementemente a importância da determinação econômica. Engels critica os usos simplistas desse modelo que viriam a ser feitos posteriormente por alguns novos “marxistas”, os quais ignoram o fato de que, ainda que as condições materiais sejam a causa primeira de tudo o que existe, isto não impede que as esferas ideológica, política ou jurídica – mesmo sendo causas secundárias – reajam sobre elas. Essas esferas “superestruturais” também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e determinam sua forma, ou seja, a economia não é o único determinante, embora em última instância a produção e a reprodução da vida material sejam os determinantes fundamentais da história (MARX E ENGELS, S/D).

Grande parte dos escritos de Morais é dedicada aos temas da organização e dos “vícios ideológicos dos artesãos” – isto é, dos camponeses. Pode-se inferir que ao viver a experiência de militância nas Ligas Camponesas, Morais, deparou-se com sujeitos que mantinham formas culturais tipicamente camponesas, com modos de vida e visões de mundo muito distintos dos ideais de organização política mantidos por um militante leninista que defendia a centralidade dos camponeses no processo revolucionário, seguindo a influência maoísta. Morais defendia o uso da guerrilha como forma de luta e organizou camponeses com esse objetivo nos estados de Goiás e Bahia.

Creio ser impossível entender o tipo de trabalho teórico que produziu o autor fora dos marcos do leninismo e do maoísmo, uma vez, que seu objetivo seria “conscientizar” os camponeses e organizá-los politicamente num sentido revolucionário. Talvez este tenha sido um importante fator a motivá-lo a dedicar-se tanto à questão: uma preocupação de ordem política que foi transformada em objeto de pesquisas e resultou na produção de documentos propositivos, verdadeiros guias sobre como superar a consciência “individualista” do camponês e conseguir organizá-lo politicamente, buscando “elevar sua consciência social” a um patamar semelhante ao da “consciência social” dos operários urbanos, considerada mais avançada, e abrindo espaço para o passo seguinte do desenvolvimento de sua “consciência política” ou de classe.

De fato, a teoria da organização de Clodomir Morais está voltada muito mais à organização política do que para fins economicoproductivos e cabe questionar inclusive se realmente seu fundamento está em alguma teoria bem definida sobre o desenvolvimento agrícola que não aquela formulada por Lênin. A experiência prática profissional e militante de Morais e as suas concepções políticas tiveram grande peso sobre seus escritos, nos quais apresenta uma metodologia para o desenvolvimento de organizações com camponeses, proletários e semiproletários rurais, tendo em vista a construção de “empresas”. Estas são definidas em sentido *lato* como toda e qualquer ação realizada por várias pessoas de forma organizada. A meta da teoria de Morais é o desenvolvimento de estruturas orgânicas eficientes para os objetivos do grupo, dotando-o de unidade, disciplina e de plena racionalização, respeitando, no entanto, os diferentes “graus de consciência” daqueles que o compõem (MST, 1986c).

Considera o autor que os camponeses e semi-assalariados rurais são portadores de “desvios ideológicos” ou “vícios oportunistas e subjetivistas” determinados pelas “formas artesanais de trabalho” ancoradas na economia mercantil simples que praticam. Por permanecerem desenvolvendo formas artesanais de trabalho, o camponês e o semiassalariado teriam supostamente um comportamento “individualista” e seriam pouco capazes de se organizar, diferentemente do assalariado rural, que, por estar inserido numa divisão técnica do trabalho, já estaria adaptado a uma organização com estrutura complexa

<sup>14</sup> Esta visão é sintetizada por Karl Marx no prefácio ao livro “Para a crítica da economia política” (MARX, 1978b).

e teria desenvolvido um grau de consciência mais avançado em função de sua posição no processo produtivo. Esse tipo de formulação teórica se choca frontalmente contra a posição de autores que tentam compreender como funcionam as dinâmicas relacionadas ao campesinato, ao invés de desqualificar o campesinato *a priori*, como Jerzy Tepicht e Alexander Chaynov.

Visando combater os “vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho” e atingir um elevado “grau de consciência organizativa” entre os produtores rurais, Morais propõe a inserção dos agentes em uma organização semelhante a uma empresa capitalista, com divisão social do processo produtivo, eficiência e racionalização metodológica. Para se introduzir a consciência organizativa de modo a que um grupo social atue através de ação organizada, Clodomir Morais propõe a criação artificial do chamado “laboratório experimental”<sup>15</sup>. Um grupo de no mínimo 40 pessoas deve ser unido, sendo dotado de pleno direito de organizar-se e dos meios de produção, que deverão estar em suas mãos. O principal objetivo do “laboratório experimental” é formar “quadros” para o Movimento e organizadores de empresas, bem como laboratoristas que possam reproduzir esse formato de capacitação.

Aulas sobre teoria da organização devem acelerar o processo de organização. O laboratorista, juntamente com um grupo de três ou quatro pessoas chamado de “estrutura primária”, que o ajudará no andamento do “laboratório”, deverá entregar os meios de produção nas mãos dos participantes, os induzindo a adotar a divisão social do processo produtivo. Ao longo de um período entre 15 e 40 dias ininterruptos trabalhando no “laboratório” deverá surgir a necessidade de o grupo autocorriger os desvios oriundos dos “vícios artesanais”, ganhando experiência a partir de sua ineficiência e desordem e melhorando sua organização por meio da análise sobre a participação organizada. A vigilância, a crítica e a reunião são “mecanismos ou instrumentos” que devem ser utilizados nos “laboratórios” para evitar ou combater os “vícios gerados pelas formas artesanais de trabalho” (MST, 1986c).

### **Cooperativismo e agroindustrialização como “forma superior” de cooperação**

O ano de 1986 representou um marco na adoção da cooperação como principal forma de organização nos assentamentos conquistados pela luta do MST, que ainda eram poucos e se concentravam no Sul, em áreas de “colonos” portadores de uma tradição camponesa baseada na valorização do trabalho intenso e na obtenção de patrimônio. A indicação deste ano como marco é evidenciada tanto no livro “Construindo o Caminho”, como no “Caderno de Formação n.º 10” e no “Caderno de Formação n.º 11”. Em seguida seriam publicados as edições do “Manual de Cooperação Agrícola” números I, II e III, o primeiro em 1988 e os dois últimos em 1989. Esses manuais se caracterizam por buscar articularem os fundamentos teórico-políticos da organização e cooperação, adotados, na realidade prática dos assentamentos. A crítica da economia política marxista fornece o arcabouço teórico a partir do qual se justifica e se tenta instrumentalizar a ideia da cooperação entre os assentados.

O “Manual de Cooperação Agrícola I” apresenta um plano para curso básico de economia política da agricultura voltado para professores e um roteiro didático para programação de um curso de economia política da agricultura e de cooperação agrícola, voltado para professores e monitores. Em seguida, apresenta alguns princípios da cooperação agrícola e argumentos que justificam a adoção desse formato organizacional. O objetivo, ao introduzir noções de economia política da agricultura, é convencer aos leitores de que o pequeno agricultor, ao trabalhar sozinho em seu lote, supostamente produziria mais-valia que seria absorvida por agentes capitalistas. Somente a união dos pequenos

<sup>15</sup> Concebidos por Clodomir Santos de Morais, os “laboratórios experimentais de campo” ou “laboratórios organizacionais de campo” buscavam organizar uma empresa coletiva no prazo de 40 dias, tendo como objetivo fundamental alterar as práticas e os comportamentos ideológicos do camponês (BORGES, 2010).

produtores, compartilhando esforços e recursos em conjunto por meio da cooperação agrícola, levaria ao aumento contínuo do capital constante (mecanização) e da produtividade (diminuindo a força de trabalho utilizada por produto), à divisão social do processo produtivo, à especialização do trabalho que aumentaria o rendimento, à racionalização da produção que permitiria a diversificação das atividades produtivas e ao aumento do poder de barganha no mercado, diminuindo a taxa de mais-valia que ficaria nas mãos dos comerciantes. A cooperação agrícola é considerada como o único caminho possível para ser seguido pelo pequeno produtor dentro do capitalismo. De outra maneira, este permaneceria subordinado aos interesses capitalistas de empresas agrícolas, comerciantes e bancos, que exploram a mais-valia gerada por seu trabalho (MST, 1988).

O “Manual de Cooperação Agrícola II” se aprofunda na discussão apresentando seus fundamentos econômicos e objetivos de desenvolvimento social, político e econômico. Neste documento considera-se o processo de agroindustrialização como uma tendência inerente ao processo de modernização da agricultura, de modo que a cooperação agrícola dos assentados deveria necessariamente buscar a criação de suas próprias agroindústrias, caso contrário os pequenos agricultores se tornariam integrados às agroindústrias capitalistas, fossem elas pertencentes a segmentos urbanos ou rurais, assumindo a condição de “assalariados disfarçados”. No momento em que foi publicado, em 1989, o número de assentamentos havia aumentado como resultado da aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), além da implantação de diversos assentamentos estaduais no Rio Grande do Sul e no Paraná (MST, 1989).

Conforme o mesmo documento, para o desenvolvimento da cooperação agrícola é necessário que estejam dadas as condições objetivas e subjetivas, cujo equilíbrio, determinará as formas de organização da cooperação adotada, bem como, as etapas pelas quais passará no processo contínuo de acumulação de capital constante e de coletivização progressiva dos meios de produção e do trabalho. Delineia-se uma via evolutiva das formas de organizar a cooperação agrícola, que primeiro se inicia com o trabalho individual, passando para o trabalho coletivo em pequenos grupos. Em seguida, forma-se um grande grupo coletivo que produz em grandes quantidades e diversifica a produção, adotando para o trabalho máquinas e técnicas modernas. O auge desse *continuum* progressivo é a criação de pequenas e médias agroindústrias operando sob um planejamento estratégico.

O MST apresenta a figura das Cooperativas de Produção Agropecuária, que são consideradas como “etapas superiores de cooperação agrícola”, fruto tanto de discussão interna como da experiência prática do Movimento. O “Manual de Cooperação Agrícola II” apresenta inclusive uma proposta de lei<sup>16</sup> para o reconhecimento legal desse tipo de cooperativa que organiza coletivamente a utilização da terra e a produção em toda a área sob o seu domínio. A proposta apresentada é a de transformar as associações sem fins lucrativos existentes nos assentamentos bem como as demais comunidades rurais do país em Cooperativas de Produção Agropecuária. Estava prevista também a criação de centrais cooperativas de comercialização, crédito rural e assistência técnica, em nível estadual e nacional, reunindo as diversas cooperativas de produção e associações existentes nos assentamentos.

Por fim, é introduzido o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), uma organização composta por três níveis diferenciados, mas interligados. Nos assentamentos haveria as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) criadas a partir das associações e grupos coletivos existentes. Nos estados, a união de no mínimo três Cooperativas de Produção Agropecuária poderia formar uma Cooperativa Central Agropecuária (CCA). Em escala nacional, a partir da existência de pelo menos três centrais estaduais, se formaria a Confederação Nacional das Cooperativas de Assentamentos (CNC) – a qual, em realidade, acabou ganhando o nome de CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Assim se comporia um sistema integrado, o SCA, sendo que cada uma

---

<sup>16</sup> O “Manual de Cooperação Agrícola II” apresenta uma minuta de um projeto de lei voltado à regulamentação das cooperativas de produção agropecuária, apresentada pelo Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores Antonio Marangon à Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 4799-1990) (MST, 1989).

dessas organizações possuiria uma série de funções políticas, econômicas e sociais relacionadas aos assentados e à busca por contribuir para a transformação da agricultura e sua socialização. A organização de um Sistema Cooperativista dos Assentamentos “deveria permitir a divisão de tarefas e funções entre organismos distintos, mas complementares”, possuindo “uma organicidade própria, com sua estrutura de poder e de infra-estrutura separada do Movimento Sem Terra” (MST, 1989, p.7).

Esse sistema de cooperação surge em 1989, num período que representou o auge das experiências de cooperação, quando a lógica da “coletivização total” se impunha de maneira radical. O SCA teria como função desenvolver a produção agropecuária, a comercialização, a agroindústria, o crédito rural, a assistência técnica e as técnicas administrativas e gerenciais cooperativistas. Por outro lado, o MST, “como movimento de massas, continuará com suas atividades prioritárias na luta pela terra e pela reforma agrária e atuará nos assentamentos no campo da organização social” (MST, 1989, p. 8), tendo como funções a organização política dos militantes e da base no assentamento e a manutenção do setor de educação formal e dos professores no interior dos assentamentos. Outrossim, se manteriam os vínculos entre ambas as organizações por meio da participação mútua de seus respectivos dirigentes em ambos os processos. A implantação do SCA estava prevista em calendário para os anos de 1990 e 1991<sup>17</sup>.

### **A inspiração do modelo autoritário de coletivização e a crise das CPAs**

Segundo Delwek Matheus, membro do Setor de Produção do MST e dirigente nacional do Movimento, assentado no município de Itapeva, no Estado de São Paulo, a experiência cubana de Cooperativas de Produção Agropecuária influenciou em parte a criação de algumas CPAs pelo MST. Nos anos 1990, quando já havia algumas CPAs em assentamentos, os dirigentes do MST viajaram para Cuba e conheceram suas cooperativas, reafirmando em seguida sua intenção e prática de implementação de cooperativas nos assentamentos com divisão de funções, especialização técnica e racionalização do trabalho, baseadas na posse coletiva dos meios de produção por parte dos agricultores. O Sistema Cooperativista dos Assentamentos teria sido influenciado também parcialmente por essa experiência da delegação do MST que esteve em Cuba<sup>18</sup> (Entrevista realizada com Delwek Matheus em 06/02/11, em Presidente Prudente, São Paulo).

Na visão de Pedro Christoffoli, ex-membro do Setor de Produção do MST que atualmente trabalha com cooperativas de assentados e é professor universitário, não somente houve o exemplo cubano. Tratou-se, em alguma medida, de uma tentativa do MST de adotar uma determinada concepção de organização da produção agrícola de inspiração socialista, fundado em exemplos de experiências também de outros países como União Soviética, Bulgária e China, visitados por militantes do Movimento e/ou que foram alvo de estudos por parte dos militantes (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

As experiências socialistas que influenciaram o formato de cooperação adotado pelo MST são marcadamente autoritárias e fundamentadas na ideia da coletivização integral, com produção feita a partir de grandes propriedades organizadas com divisão do trabalho complexa semelhante àquela adotada na indústria e com planejamento centralizado pelo Estado.

Em estudo sobre a coletivização na União Soviética, Teodor Shanin (1989) é categórico ao afirmar que não há uma conexão necessária entre socialismo e coletivização integral e que esta não é uma “forma natural” de organização da agricultura sob regimes socialistas. Um exemplo que sustentaria essa afirmação seria o da experiência húngara, em

<sup>17</sup> Pedro Christoffoli afirma que o SCA sempre representou mais uma denominação formal do que uma estrutura realmente ativa e orgânica (Fonte: Entrevista realizada com Pedro Christoffoli, ex-dirigente do MST no Estado do Paraná, em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

<sup>18</sup> João Edmilson Fabrini sugere que há uma relação direta entre o modelo cubano de organização da produção via cooperação e o do MST (MARCOS e FABRINI, 2010).

que a coletivização deu certo apenas na medida em que houve uma combinação entre grandes e pequenas unidades de produção, permitindo que as pessoas mantivessem seu modo de vida nas aldeias, baseado em estabelecimentos familiares de diversos tamanhos. Na Hungria abandonou-se o fracassado modelo de fazendas coletivas aplicado na União Soviética sob o governo de Joseph Stálin, que oprimiu os camponeses e mostrou que a coletivização sob controle estatal não necessariamente era a forma mais eficiente de organização da produção agrícola em termos de sucesso na produção e da relação com os recursos naturais. Na experiência húngara havia aldeias que produziam em grande quantidade, sustentando uma forma de cooperação de base comunitária. Essa forma de organização da produção produziu melhorias substanciais na qualidade de vida dos camponeses, fixando os moradores nas áreas rurais, efeito oposto ao que se assistiu na União Soviética, onde as pessoas abandonavam as áreas rurais rumo à cidade e as aldeias se tornavam verdadeiras favelas rurais.

Esse diagnóstico remonta à teoria de Alexander Chayanov, relegada ao ostracismo na União Soviética por contrariar aspectos da proposta de coletivização autoritária implementada por Stálin. Diferentemente do que apontam muitos dos seus críticos, o autor defende não necessariamente a manutenção exclusiva de pequenas unidades de produção, mas sim a conjugação de pequenos, médios e grandes estabelecimentos dividindo a produção entre si. Sua base é a constatação de que na agricultura não é possível sempre maximizar a produção, devendo-se trabalhar com o princípio da otimização: de maneira distinta ao que ocorre na indústria, o aumento da escala em certos casos não gera vantagens econômicas e a maximização da produção na agricultura pode resultar em “deseconomias”. Além disto, Chayanov sugere que a transformação da agricultura não pode ser realizada de cima para baixo, por meio da imposição de um modelo baseado em unidades produtivas de grande porte e de planejamento rígido, que produziria a oposição por parte dos camponeses e destruiria a capacidade de promover essa transformação de modo eficiente. O foco deveria estar na busca por obter a cooperação entre o que estavam embaixo, incentivando a criação de direções mais locais, transferindo a responsabilidade sobre a terra e sobre a produção para as comunidades e produtores, fortalecendo as comunidades rurais em sua estrutura social, num projeto de coletivização alternativo ao modelo autoritário adotado por Stálin (SHANIN, 1989).

Christoffoli indica que em princípio havia uma visão um tanto quanto “idealista” e “voluntarista” na organização dos “coletivos” entre a direção do MST, a qual orientava uma prática anterior à construção dos fundamentos teóricos e políticos da cooperação trabalhada pelo MST. Em regra, essa prática se baseava na ideia de coletivização do trabalho e dos meios de produção, vindo a ser reforçada e embasada a partir da construção teórica e do acúmulo de discussões políticas feitas pelo Movimento. No entanto, o pilar da coletivização viria a ser questionado posteriormente ao longo das experiências de cooperação em assentamentos realizadas no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, ante o fracasso de inúmeras CPAs e de outros formatos de cooperação adotados.

João – Então você diria que a coletivização não é mais vista [dentro do MST] como uma forma superior de organização da agricultura?

Pedro – Na prática eu acho que não. Na prática que eu digo é assim, que uma grande massa de militantes dirigindo o movimento não enxerga a alternativa do coletivo como uma... Não falando em termos de sociedade, de modelo de sociedade socialista. Mas nesse momento não. Eu acho que sim, agora, eu também sou cauteloso em defender isso, esse modelo de coletivo... Nós por exemplo, aqui na região, nós vamos trabalhar coletivos, mas esse modelo de coletivo não está claro. Nós vamos pensar e criar condições, amadurecer condições (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).

Pedro sugere que dentro do MST a proposta de coletivização perdeu força como alternativa de organização dos assentados, ao menos na atual quadra histórica. Mas, como

perspectiva para uma sociedade socialista a ser construída, a coletivização ainda é considerada como um ideal entre os militantes do Movimento. Sua posição pessoal destoa em relação à da maioria destes: não somente ele crê na possibilidade de realizar experimentos de organização cooperativos com certo grau de coletivização, como atualmente tenta realizá-los em assentamentos no interior do Paraná. Não obstante, ainda não há clareza sobre qual o modelo de “coletivo” que será adotado, o que demandará estudos, reflexões e debates.

Os fundamentos teóricos e políticos coletivistas trabalhados ao longo dos anos desde 1986 tiveram sua aplicabilidade posta em cheque ante as dificuldades objetivas encontradas na prática da cooperação realizada fundamentalmente por meio de cooperativas com coletivização, dadas as tensões resultantes da aplicação deste modelo entre os assentados. Embora a proposta de organizar a agricultura sob bases coletivistas não tenha desaparecido para o MST enquanto horizonte utópico, são reconhecidos pelos dirigentes os limites colocados para a aplicação de tal modelo no presente, os quais dizem respeito fundamentalmente ao fato de que os assentados em geral o rejeitam, não manifestam as “condições subjetivas” necessárias para adotá-lo e desenvolvê-lo, conforme seu diagnóstico.

Segundo Pedro Christoffoli, o êxito das CPAs que ainda hoje resistem está relacionado à existência de um núcleo coeso de lideranças que aceita levar a cabo a proposta do MST e mantê-la, a despeito de toda ordem de dificuldades.

Pedro – [...] Por que tem alguns coletivos que sobreviveram e outros não? Tem os fatores econômicos que eu acho que sempre pesam, o econômico como base material, eu tenho uma leitura que ao mesmo tempo tem uma matriz forte marxista, a base material determina muita coisa, eu posso ter uma joia idealisticamente, ideologia e tal, mas uma base material pobre. A gente tinha um trabalho ideológico muito grande nos grupos, era um trabalho em que a base material do coletivo não funcionava, não tinha planejamento ou não cumpria o planejamento ou não tinha base de desenvolvimento e isso ia inviabilizando. *Mas, assim, os grupos que sobreviveram têm características que têm lideranças, um núcleo de liderança forte que se manteve nos momentos de dificuldade. Essa é uma característica – isso é sociológico – mais do que base material, então assim, a base material ela é fundamental, mas não explica a sobrevivência ou não de coletivos. Há grupos que foram bem economicamente e que desmontaram, há grupos que foram mal... Então essa é uma característica que é importante: o fator liderança. Se eu tenho uma liderança que ela está convencida de um projeto e ela o mantém – não quer dizer que ela mantém cem por cento das famílias não, mas ela mantém um núcleo que cruza o período das vacas magras, essa característica tem... Então se tu vê grupos que sobraram, cooperativas que optaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, aqui no Paraná tem um núcleo dirigente que se mantém, esse núcleo dirigente é que dá a coesão e unidade para o processo, com características diferentes, mas tem um núcleo dirigente, então isso é importante. Onde faltou esse núcleo dirigente, que aguentou o tranco nos momentos difíceis, desmanchou, ou há casos que nem eram... Na crise econômica antigamente tinham situações econômicas até boas que desmanchou por que tu não tinha esse núcleo dirigente capaz de... Esse não é um fator de base econômica, não é um fator só ideológico, não é só ideológico no sentido de clareza socialista [...] aí é nessa área de tentar uma coisa, de saber lidar com os problemas, de método de trabalho com o pessoal, mas também de clareza de um projeto político [...] (Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná).*

A existência de dirigentes das cooperativas que são organicamente ligados ao MST e aderiram a seu projeto político e ao formato de organização proposto é apresentada como fator até mais relevante do que a existência de condições materiais propícias ao

empreendimento. Mesmo em situações de crise econômica, a coesão do grupo de lideranças do MST é responsável por manter a cooperativa em funcionamento, ainda que não seja capaz de assegurar a permanência de todos os membros originalmente participantes. Por outro lado, ainda que as condições econômicas sejam favoráveis, a não existência deste núcleo de lideranças leva ao esfacelamento da experiência do “coletivo”. Não apenas os fatores ideológicos, mas igualmente as formas de vinculação social dos partícipes (amizade, parentesco, vizinhança), garantindo certo grau de coesão social, neste caso aparecem com tanto peso ou até mesmo com maior peso do que os fatores de ordem econômica.

Diversos autores vêm analisando as propostas de cooperação priorizadas pelo MST e os meios pelos quais o MST tem tentado realizá-las nos assentamentos. Em geral os estudos enfatizam a existência de uma situação conflituosa no interior dos assentamentos nos quais as lideranças do MST exercem sua influência, resultante das incongruências próprias à proposta de organização da produção que pressupõe a superioridade da ação coletiva em detrimento das iniciativas familiares. Sua aplicação disseminou diversos conflitos internos aos assentamentos, em função de confrontar-se com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida no mundo rural e com fatores relativos à dinâmica macroeconômica impostos à atividade produtiva agrícola nos anos 1990. Disto resultou a suavização das intenções de coletivização dos assentamentos por parte do MST, levando a uma postura mais pragmática a partir do final dessa mesma década. Em decorrência do esfacelamento de muitas CPAs, surgiram outras formas de organização da produção, combinando a iniciativa familiar individual com níveis diversos de associação e ajuda mútua (MENEZES; MORAES; NAVARRO, 1999).

Segundo Kleba, o MST visava duas alternativas de curto prazo para a pequena produção: a agroindustrialização, ou, o êxodo rural. Não obstante, segundo o autor, as experiências históricas têm demonstrado que a agricultura de base familiar persiste mesmo nos países de capitalismo avançado<sup>19</sup>, conservando sua legitimidade em termos de capacidade produtiva e emprego abundante de força de trabalho e assumindo vantagens ainda do ponto de vista ecológico. O sucesso de cooperativas de produtores baseados na complementação entre agricultura familiar e formas de cooperativismo realizadas em vários países dão uma mostra de que a orientação coletiva e os interesses próprios não precisam ser vistos como mutuamente excludentes (KLEBA, 1992)<sup>20</sup>.

A dissertação de mestrado de Ademir Cazella (1992) foi um dos trabalhos pioneiros sobre as propostas de cooperação do MST – juntamente com o de John Kleba –, desenvolvido a partir do caso do assentamento 30 de outubro, em Santa Catarina, no qual foi implantada uma CPA com agrovila, coletivização de terras e de trabalho, a partir do “laboratório organizacional de campo”. O processo de implantação da cooperativa foi bastante conflituoso, envolvendo diferentes grupos internos em disputa e casos de desistência em participar do assentamento. Em suas próprias palavras:

Na avaliação de alguns desses agricultores, a principal razão que os levou a não participar da associação foi o fato de os demais cogitarem a adoção do trabalho coletivo. Eles pretendiam realizar algumas atividades em comum, como por exemplo a comercialização da produção, a aquisição de insumos, de máquinas e implementos agrícolas conjuntamente, mas não o uso coletivo da terra. Essa forma de organizar a produção, em última análise, representa a perda da autonomia do grupo familiar. Cada indivíduo passa a ser um ‘empregado’ da associação, com tarefas específicas, deixando de ter o controle do processo produtivo. Na opinião desses agricultores a organização do assentamento de forma coletiva defronta-se com as

<sup>19</sup> Esta tese é desenvolvida em profundidade por Ricardo Abramovay (1998).

<sup>20</sup> Mesmo nas experiências dos países socialistas persistiu a existência do campesinato, apesar de todos os esforços de coletivização feitos por agentes estatais. Cf. Shanin (1989) e Bettanin (1981).

condições específicas de cada família, principalmente o seu tamanho e a experiência de trabalho agrícola (CAZELLA, 1992, p. 121).

Segundo Cazella, a proposta de trabalho coletivo confronta-se com a diversidade das trajetórias sociais dos assentados, com as diferentes mediações políticas em jogo e com o processo de formação e transformação das identidades dos agricultores assentados. É comum surgirem novos conflitos entre os grupos internos ao assentamento, acentuando outros já existentes e tornando outros ainda secundários. Revelam-se assim as divergências que existem entre as estratégias construídas pelos mediadores e lideranças e os interesses das famílias, na maioria dos casos. Em última análise, a agricultura tende a se adequar ao formato de produção familiar em lotes e não necessariamente ao modelo de trabalho coletivo proposto pelo MST.

Cazella chega a uma conclusão que nos parece ser central para compreensão das possibilidades da cooperação em assentamentos, como fora proposto pelo MST entre o final dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990: muitos agricultores não desejam se engajar num projeto de cooperação agrícola com coletivização de terras nos moldes empresariais, pois acreditam perderem sua autonomia como grupo familiar e se tornam trabalhadores a serviço de um empreendimento que lhes paga renda na forma de salário, perdendo o controle sobre o processo produtivo. Cada família possui um número de pessoas disponíveis para o trabalho e diferentes experiências de trabalho agrícola, algo que as propostas de cooperação com coletivização de terras aparentemente não respeitam, ao igualar todos os assentados igualmente como funcionários da empresa cooperativa, em sua divisão do trabalho e especialização de tarefas. Além disto, o modelo de cooperação adotado ignorava a diferenciação social, étnica e cultural existente entre os grupos que conformavam o assentamento, as quais implicavam em cisões internas, disputas faccionais e distintos projetos de vida em oposição.

Conforme Cazella, a cooperação agrícola é vista pelo MST como forma de manter a mobilização alcançada nas ocupações e acampamentos. Mas a solidariedade entre os agricultores se modifica na fase do assentamento em relação à etapa anterior do acampamento e da luta pelo acesso à terra, o que traz dificuldades para a manutenção da mobilização e mesmo para manter certo grau de coesão interna entre os assentados. O “objetivo principal” da cooperação agrícola para o MST seria o de liberar agricultores para atividades políticas, na visão do autor. Entretanto, a liberação de agricultores para a militância conflita com a tradição camponesa, gerando animosidades e disputas entre grupos, já que alguns se veem na obrigação de sustentar com o seu trabalho outros assentados que vão desempenhar ações propriamente políticas e não produtivas.

A conclusão a que Cazella chega é de que:

[...] as vantagens técnicas, econômicas, sociais e mesmo políticas da coletivização da terra são profundamente questionáveis. Na concepção do conjunto dos camponeses, essas vantagens significam objetivamente perigo para sua própria sobrevivência. Uma área de terra com limitações para o uso agrícola, a exemplo da maioria dos assentamentos, cria sérias restrições para um empreendimento de cunho capitalista, mesmo que cooperado. Em condições adversas, o uso de insumos e serviços custosos – sementes melhoradas, calcário, adubos, mecanização, irrigação, etc. – tornam a exploração de alto risco. No âmbito das sociedades camponesas, com princípios econômicos próprios, a situação apresenta-se de outra forma (CAZELLA, 1992, p. 199).

O camponês não está habituado a realizar investimentos de capital. O sistema de coletivização pressupõe o acesso ao crédito, o que implica na contração de dívidas com as instituições oficiais. Isto tende a levar os assentados ao endividamento, como de fato ocorreu em diversas experiências de cooperativas agrícolas incentivadas pelo MST em

assentamentos, levando a graves rupturas internas e em muitos casos ao esfacelamento das experiências.

Zander Navarro, por sua vez, sugere que a proposta de coletivização implementada pelo MST se baseia mais em projetos ideológicos do que em função das necessidades dos próprios assentados. Não obstante, aponta aspectos positivos da experiência que pesquisou, no município de Nova Ramada, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, houve resultados sociais extraordinários obtidos pela cooperativa lá existente, a Cooponor, uma Cooperativa de Produção Agropecuária, como as significativas melhorias nas condições de vida e de trabalho das famílias, as quais dificilmente ocorreriam se a ocupação do assentamento fosse feita por meio de parcelas individualizadas. Além disto, ocorreu um processo de reconhecimento público da organização dos assentados, o que significa um ganho “político”. Mas o futuro da cooperativa dependeria da superação de seus entraves econômicos e financeiros, causados por um desenvolvimento econômico e produtivo insatisfatório, não diferente da situação de outras CPAs. Nestas, em geral, desistência dos associados, conflitos internos e extinção das organizações foram bastante frequentes.

Pedro Christoffoli (2000), em sua pesquisa de mestrado, aponta outra duas contradições críticas de caráter econômico que podem inviabilizar a reprodução das cooperativas em assentamentos do MST. A primeira diz respeito à necessidade de superação do estágio de desenvolvimento em que as cooperativas se encontram, que não permitia atingir-se num equilíbrio entre a geração e o consumo de riqueza e nem a competitividade frente à concorrência capitalista. A segunda refere-se ao problema da contratação do trabalho assalariado, que tende a gerar relações de exploração capitalista sobre outros trabalhadores, já que algumas CPAs dependem desse mecanismo para assegurar sua reprodução econômica<sup>21</sup>.

Eliane Brenneisen propõe uma crítica incisiva em relação à implantação de propostas de cooperação nos assentamentos por parte do MST. A perspectiva da autora se concentra nas relações de dominação que teria identificado entre o MST e os assentados. Em sua visão, a pretexto de construir o socialismo, a direção do Movimento utiliza mecanismos de dominação iguais àqueles presentes no capitalismo. As propostas de coletivização são apresentadas como experiências autogestionárias, mas na prática se exerce um controle autoritário sobre os assentados, por exemplo, através do papel do coordenador do grupo coletivo, que acabava sendo ocupado por alguma liderança do Movimento. Brenneisen conclui que o MST reproduz o que há de mais atrasado, em termos de relações sociais e da cultura política brasileira, ao adotar prática patrimonialista, autoritária, clientelista e de exploração com relação aos assentados (2000).

Brenneisen (2000) chega à conclusão de que é possível se aproveitar do que ficou de positivo das experiências das CPAs, associações e grupos coletivos, acrescentando a essas a premência de se manter a liberdade e a autonomia das famílias. A autora é categórica ao atribuir ao MST a culpa pela desunião entre os assentados, na medida em que este impõe relações de dominação e um modelo de organização da produção que não considera as experiências prévias dos assentados. O passado de privação e incertezas vivido por estes leva à recusa de projetos coletivos alheios a suas raízes culturais camponesas, os quais não garantem a segurança familiar. A vinculação do grupo doméstico com a terra, em oposição, pode garantir e determinar a opção por escolhas organizacionais que possibilitem a tomada de decisões de forma autônoma. Para o camponês, a simples promessa de maior lucratividade pode não ser atrativa se somente implicar em mudança do estilo de vida e de trabalho, relegando o valor da família em segundo plano.

Conjugando os fatores apontados pela autora com a dificuldade de sustentação econômica e financeira das CPAs identificada por Navarro (1995) e por Christoffoli (2000) pode-se ter uma ideia do tamanho e da quantidade de obstáculos enfrentadas para o

---

<sup>21</sup> Segundo Maria Tereza Leme Fleury (1983), essa contradição já havia sido identificada por Karl Kautsky, que enxergou nisso um dos limites das propostas de cooperação autogestionária de inspiração socialista dentro do sistema capitalista – modelo adotado pelas CPAs.

funcionamento das cooperativas desse tipo. Além do formato organizacional adotado ser totalmente avesso à cultura dos assentados, a dificuldade de se ter retornos econômicos suficientes era uma razão a mais para que os assentados se questionassem acerca da necessidade de se subordinar a um modo de produzir e a viver exógeno e imposto de cima para baixo.

## **Um olhar sociológico sobre a relação entre “individualismo” camponês e cooperação**

Considerando a relevância que assume o leninismo no contexto da teoria e da prática da cooperação em assentamentos, cabe rever alguns dos pressupostos do pensamento de Lênin sobre a cooperação, os problematizando a partir da perspectiva do objeto de pesquisa aqui trabalhado.

Vladimir Lênin acrescentou à cooperação um aspecto político para além do viés econômico, tendo em vista que servisse a uma espécie de “revolução cultural” no campo, transformando a consciência “individualista” dos camponeses de modo a que servissem aos objetivos do movimento político socialista. Em sua visão, mesmo nos países capitalistas a cooperação como forma de organização de classe dos camponeses cumpriria um importante papel na luta contra monopólios, na modernização da economia camponesa, no crescimento dos seus rendimentos e na elevação de sua capacidade de concorrência no mercado. Assim, a cooperação é considerada como um meio para organização para a luta política, cumprindo um papel educativo entre os camponeses (MST, 1997).

Alguns anos após a Revolução Russa de 1917, com a instauração da Nova Política Econômica (NEP)<sup>22</sup> pelo regime socialista soviético, Lênin apresentou a cooperação como o caminho a ser trilhado pelo campesinato. No entanto, nas condições de miséria material em que o país se encontrava e diante, principalmente, do fato de que os camponeses eram em sua imensa maioria analfabetos e sem instrução formal, o principal desafio identificado por Lênin dizia respeito à necessidade de “empreender uma ação cultural em prol do campesinato”, tendo por objetivo econômico a cooperação. Segue excerto de um texto do autor reproduzido no Caderno de Formação n.º 35:

[...] Se pudéssemos agrupá-los todos em cooperativas, entraríamos todos no terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato (digo bem do campesinato, já que ele forma uma massa imensa), que essa organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma revolução cultural [...]; a revolução política e social entre nós precedeu a revolução cultural que agora se impõe. Hoje, basta que levemos por diante essa revolução cultural para nos tornarmos um país plenamente socialista (MST, 2000, p. 56-57).

Esse trabalho de educação e organização cultural a ser realizado entre os camponeses assumia centralidade naquela etapa pós-revolucionária, para Lênin. Os princípios presentes em tais ideias de Lênin conjugados com uma visão estereotipada do campesinato oriunda da leitura leninista introduzida por Clodomir Moraes se tornaram a base da teoria da cooperação do MST que igualou cooperação a cooperativismo. Ecoando a formulação de Lênin, os dirigentes e militantes do MST atuaram visando promover o desenvolvimento cultural dos assentados, tornar “a população ‘civilizada’ de modo a compreender todas as vantagens que uma integração generalizada nas cooperativas oferece e que ela a organize” (MST, 2000, p. 51), nos termos do próprio autor.

<sup>22</sup> A NEP foi uma orientação que se sucedeu à política do “Comunismo de Guerra” no início dos anos 20, tendo como marca uma interrupção na política de coletivização até então empreendida e a tolerância à reprodução de formas mercantis de produção agrícola entre os camponeses (MST, 2000).

Em 1993, as propostas do MST para implementar as cooperativas em assentamentos rurais entraram em reconhecida crise, levando ao desmantelamento das organizações e ao endividamento de seus associados. A organização do trabalho e o acesso aos meios de produção sobre bases coletivizadas encontraram diversos obstáculos. Fora do âmbito das análises científicas, na prática da militância social, na visão de dirigentes e militantes do MST a princípio foram identificados como entraves para o funcionamento das CPAs os fatores culturais relacionados à “ideologia camponesa”, seguindo os princípios do cooperativismo formulados por Lênin para o campesinato. A cultura “individualista” do camponês, o seu apego à propriedade privada familiar da terra e sua valorização da autonomia em relação ao processo de trabalho eram considerados como óbices para o estabelecimento da divisão social do trabalho e da especialização técnica no âmbito das cooperativas, do ponto de vista do Movimento (BRENNEISEN, 2000).

Sociologicamente, cabe questionar em que medida o conceito de individualismo se sustenta em sua aplicação aos assentados ou aos camponeses. Do ponto de vista do MST, esta acusação baseia-se na ideia leninista de que o camponês produz artesanalmente seus meios de vida, e isto, limita o desenvolvimento de sua consciência social. Essa hipótese é aplicada ao público do MST, tendo em vista que trabalha sua consciência de classe, no sentido de que, os agentes passem a perceber que vivem numa sociedade estruturada em classes e dividida, fundamentalmente, pela oposição entre capital e trabalho, e que esta dicotomia esteja situada no polo o trabalho, juntamente, com outros tipos de trabalhadores rurais e urbanos.

Seguindo as indicações de Lênin sobre a relação entre classe e consciência de classe, o MST adota como objetivo transformar sua base em militantes ou potenciais militantes dedicados à realização de uma estratégia tendo em vista a meta da reforma agrária e da revolução socialista. Assim, mais do que produzir formas de sustentação econômica para os assentados, garantindo sua reprodução social e o “sucesso econômico” dos assentamentos, estão em jogo também objetivos propriamente políticos, os quais podem ou não fazer parte do universo cultural daqueles. A bibliografia temática sugere que, em geral, apenas algumas lideranças mais ligadas ao MST aderem a essa ideologia e visão de mundo (BRENNEISEN, 2000; SOUZA, 1999).

Há elementos na interpretação do MST sobre a relação entre sua base e os processos de cooperação que podem ser colocados em questão mesmo em termos puramente teóricos. O individualismo representa uma configuração de ideias e valores moderna – “o valor fundamental das sociedades modernas”, conforme Louis Dumont (1983, p. 29) – e o camponês é um personagem social tradicional, que existe desde a época pré-moderna e reproduz um modo de ser e de viver calcado na honra, na hierarquia, na reciprocidade e no valor de uso, elementos fundamentalmente pré-modernos ou tradicionais (WOORTMANN, 1990). Considerando-se tal pressuposto, qual o sentido de tachá-lo como individualista? Mesmo ao camponês russo, cujo grupo Lênin dedicou grande parte de seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e da agricultura, era comum o traço cultural de viver em terras comunais, sem propriedade privada fundiária individual.

Por outro lado, há que se considerar que Lênin desenvolveu sua formulação teórica sobre o camponês servindo-se do materialismo histórico como base para definir opções políticas, no contexto histórico da Rússia no século XIX. Refiro-me especificamente à teoria da aliança camponesa e operária então produzida pelo líder político, segundo a qual o camponês é considerado como incapaz de liderar processos revolucionários, devendo ser guiado pelo proletariado, classe social esta que teria desenvolvido uma consciência social mais avançada em função de sua inserção no processo produtivo industrial, o qual conta com alto grau de divisão do trabalho, racionalização e grande acúmulo de capital (LÉNINE, 1977).

São inúmeros os exemplos nas ciências sociais em nível nacional e internacional de leituras sobre o campesinato baseadas em estudos empíricos e reflexões teóricas consistentes em relação a contextos e grupos rurais específicos que podem servir como contraponto à tese do “individualismo” camponês. Por conta das limitações deste espaço e evitando escapar por demais do escopo deste texto, gostaria de destacar ao menos dois

trabalhos produzidos no Brasil que contribuem para desfazer o mito do suposto “individualismo” camponês: trabalhando sobre perspectivas teóricas distintas, a pesquisa de José Vicente Tavares dos Santos (1984), que trabalha com conceitos marxistas aplicados ao estudo do campesinato no Sul, e o de Klaas Woortmann (1990), que pretende propor uma teorização etnológica acerca do campesinato em diálogo com estudos de caso etnográficos realizados em diferentes regiões do país.

Santos (1984), em dissertação de mestrado dedicada ao estudo do trabalho camponês entre colonos do Rio Grande do Sul que produziam uvas, sugere que a valorização da propriedade da terra e da autonomia do trabalho surge na consciência camponesa como uma forma de ideologia, no sentido de uma “falsa consciência” ou “consciência distorcida” acerca das relações sociais objetivas nas quais se inserem. A propriedade privada da terra lhe propicia a possibilidade de controle sobre o processo de trabalho, oferecendo a impressão de que há independência em seu trabalho. A necessidade objetiva de trabalhar é transformada pelo camponês em atividade subjetivamente provedora de admiração e prazer, ao reforçar o sentimento de autonomia do trabalho. Para Santos (1984), essas representações dos camponeses são formas ideológicas que servem para justificar, subjetivamente, a situação objetiva de subordinação ao modo de produção capitalista, fazendo o camponês se ver como proprietário autônomo das condições do próprio trabalho, quando em realidade seu trabalho é dominado e explorado pelas burguesias comercial e industrial, que se nutrem de seu trabalho excedente, uma vez, que se veem forçados a vender para tais frações de classe sua produção agrícola, de maneira direta e/ou indireta.

Klaas Woortmann (1990), em estudo sobre a ordem moral do campesinato, afirma que a terra figura para o camponês mais do que uma coisa ou mercadoria: trata-se de uma expressão da moralidade, um patrimônio sobre o qual se constrói a família como um valor, que se transmite de pai para filho, materializando a honra da família. Porquanto seja um personagem social ambíguo envolto numa tensão entre a tradição e a modernidade, a ideia de uma sociedade moderna individualizada e voltada ao mercado se opõe a uma ordem moral campesina centrada na terra, família e trabalho, que aparecem como categorias centrais para o modo de vida camponês, estando vinculadas a valores e princípios, como honra, hierarquia e reciprocidade, definindo o que o autor chama de uma tradição de campesinidade. Para além de afirmar que tal ou qual agente ou grupo social é “camponês”, a teorização de Woortmann tem em vista a percepção da ordem moral da campesinidade nas falas, ações e valores dos sujeitos, evitando transformar o conceito de campesinidade numa prisão conceitual. Afinal, aqueles que muitas vezes são chamados de “camponeses” não são sujeitos radicalmente distintos das pessoas que estão mais imiscuídas na visão de mundo e em relações sociais predominantemente modernas e a permanência de elementos tradicionais não impede a modernização (WOORTMANN, 1990).

Segundo Woortmann (1990), o caráter familiar do trabalho é central no conceito de camponês, independência e honra do pai de família – que é ao mesmo tempo dono da propriedade da terra – deriva do trabalho agrícola, da autonomia do processo de trabalho e também da segurança proporcionada pela posse da terra, que é considerada, mais do que um objeto de trabalho, um espaço da família. O cooperativismo como proposta moderna de organização da produção tende a negar o patriarcalismo típico do camponês, opondo uma concepção de indivíduo contratual e mercantil (o membro da cooperativa, subordinado a suas formas de gestão) à noção de pessoa moral da família (o pai de família, que tem poder de mando sobre os demais membros da família e comanda o processo de trabalho). Como não é o saber do pai e o controle deste sobre o processo produtivo que organizam a produção, a cooperativa é encarada como se fosse uma espécie de “patrão” a comandar a força de trabalho da família camponesa. Assim, a ordem econômica subordina a ordem moral camponesa, desconstituindo a hierarquia familiar, que possui centralidade como princípio e valor.

Nota-se, portanto, que a valorização do patrimônio familiar e da segurança dele, bem como, da autonomia como um valor que deverá ser assegurado não apenas no processo produtivo como na vida cotidiana em geral, não representam o que sociologicamente se

entende como individualismo, ao contrário das acusações leninistas dirigidas ao campesinato. De fato, tais características típicas devem ser compreendidas no quadro mais amplo do modo de vida camponês, em que o espaço doméstico familiar é priorizado, em detrimento de instâncias associativas e de planos coletivos de organização mais amplos. O individualismo como ideologia predominante nas sociedades modernas, assentada sobre os pilares da economia mercantil e da democracia liberal, que é alvo das críticas leninistas, de fato, tende a se opor a uma visão de mundo e a uma ordem moral camponesa em que a honra, a hierarquia e a reciprocidade, valores tipicamente tradicionais, assumem centralidade.

## Considerações finais

Pode-se perceber uma pluralidade de fatores que determinam a opção pela adesão a um dado formato de organização e cooperação nos assentamentos e o desempenho dos participantes, os quais de forma alguma podem ser reduzidos a determinações econômicas, como sugeridos na hipótese do “individualismo” camponês consagrado por Clodomir Morais dentro do MST. Embora a posição no sistema econômico influencie inevitavelmente em certa medida a cultura, as experiências prévias, as sociabilidades, as lealdades e os valores parecem ter tanta ou mais importância do que tais elementos de ordem macrosociológica encarados de forma determinista, no que tange à participação dos assentados em propostas de organização e cooperação nos assentamentos.

A cooperação por meio da criação de cooperativas institucionalizadas ligadas ao MST vem obtendo sucesso em casos pontuais e exemplares, nos quais se pode supor que fatores responsáveis pela coesão interna estão presentes entre um núcleo de lideranças ligado ao Movimento. Há experiências exitosas que sobrevivem até hoje como na forma de Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs) e de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Alguns exemplos são a COOPEROESTE (Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda.), de São Miguel do Oeste (SC), a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.), localizada no assentamento Santa Maria, município de Paranacity, na região noroeste do Paraná e a COOPTAR (Cooperativa de produção agropecuária Cascata), situada no assentamento Fazenda Annoni, no município de Pontão, Estado do Rio Grande do Sul. Em tempo mais recente iniciou-se a Rede BioNatur de Agroecologia, a qual não se constitui especificamente como cooperativa, mas sim como rede de produção e comercialização de sementes agroecológicas e hortaliças, integrando diversos assentamentos (Fonte: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 02 de junho de 2011).

Atualmente o associativismo é incentivado pelo MST por meio de diversos tipos de associação: de aquisição de animais, máquinas ou implementos agrícolas; de comercialização (compra e venda de produtos agropecuários); de beneficiamento da produção (armazenagem, farinhas, serrarias, moinhos etc.). Diferentemente da proposta existente no final dos anos 80, nesses casos em geral a produção ocorre no lote familiar e a associação presta algum serviço de interesse comum. Em algumas situações ela serve apenas para a representação política dos assentados (Fonte: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 02 de junho de 2011).

O incentivo ao associativismo difere fundamentalmente da ênfase no cooperativismo existente outrora, que supunha a existência de empresas cooperativas com complexa organização, contabilidade, administração, planejamento etc. O associativismo, em sua dimensão formal, inclui a criação de associações com pessoa jurídica reconhecida pelo Estado, as quais representam politicamente aos assentados que desejem delas participar, permitindo o acesso a políticas públicas como o crédito agrícola e aos mercados institucionais consubstanciados em programas governamentais como o PAA e o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>23</sup>. Atualmente o acesso aos mercados institucionais por parte dos assentados tem sido em muitos casos intermediado por associações ligadas ao MST, as quais retêm uma porcentagem do valor recebido pela venda da produção para destiná-lo à manutenção da estrutura do MST e para suas ações. O MST encontrou nesta política uma importante fonte de recursos para manutenção de sua organização e para geração de renda para os assentados, inserindo-os numa cadeia de comercialização estável na qual a compra é garantida pelo Estado.

Os exemplos de associativismo, de cooperativismo, de cooperação e de organização oferecidos pelo MST dizem respeito a tentativas e possibilidades de inovação social nos assentamentos. A noção de cooperação proposta pelo MST refere-se fundamentalmente à **cooperação agrícola**, entendida como a produção agropecuária voltada para o mercado e também para o autoconsumo, tendo como base práticas que associam diferentes indivíduos e famílias voltados a objetivos essencialmente – mas não exclusivamente – produtivos. As práticas de troca de dias de serviço, a ajuda mútua, o mutirão, os grupos de trabalho, as associações de produtores e cooperativas são algumas expressões da cooperação agrícola, a qual não se limita atualmente a modelos precisos e institucionalizados de associativismo ou de cooperativismo.

Não obstante, a cooperação para o MST não se limita às atividades agrícolas, como indica o documento do Plano Nacional 1989/1993, no qual se sugere a possibilidade de outros tipos de atividades produtivas a serem desenvolvidas nos assentamentos por meio de processos cooperativos, como, por exemplo, indústrias que absorvam grande quantidade de força de trabalho e gerem produtos destinados ao consumo dos trabalhadores no campo e na cidade, como por exemplo a produção de roupas.

Embora não sejam mais planejados nem realizados os laboratórios organizacionais idealizados por Clodomir Morais voltados para a formação de cooperativas com coletivização e para o desenvolvimento da consciência dos assentados, a proposta do autor ainda é considerada boa tanto por Delwek Matheus como por Pedro Christoffoli. Apesar de crerem não haver condições objetivas para pôr em prática sua teoria da organização na conjuntura atual no Brasil, suas ideias não foram abandonadas dentro do MST e ainda hoje é possível identificar elementos dela oriundos na prática e no discurso dos militantes, como pode constatar via trabalho de campo.

A manutenção da grande maioria das CPAs se tornou inviável, algo que foi diagnosticado dentro do MST por volta de 1993, denominado pelo próprio Movimento como um momento de crise. Esta foi ocasionada principalmente pela imposição de regras rígidas por parte da direção do MST para os assentados, as quais se chocavam contra as experiências anteriores destes. Muitas famílias se recusavam a aceitar as novas regras proposta pelo Movimento para fins de organização do assentamento e de cooperação agrícola, o que produziu diversos conflitos internos fartamente registrados pelas bibliografias sobre assentamentos. Em muitos casos, tais conflitos levaram a cisões e produziram o afastamento de parte da base em relação ao MST, sendo que, em casos extremos, contribuíram inclusive para o aparecimento de novas organizações de luta por terra e de representação dos assentados (MEDEIROS, 2001).

Por outro lado, a crise que se abateu sobre as CPAs precisa ser contextualizada na conjuntura da política econômica nacional, pois, tratava-se do período de abertura neoliberal do mercado agrícola, quando muitos pequenos agricultores desapareceram, sucumbindo ante as pressões concorrenciais da chegada de mercadorias agrícolas estrangeiras subsidiadas por seus países de origem. Além disto, a cooperação e, particularmente, as CPAs, associadas ao gerenciamento da política de crédito voltado para os assentamentos, tiveram um papel da maior relevância para a liberação de quadros políticos, respondendo pela espacialização do MST por todo o país e por sua estruturação política. Essa dimensão

<sup>23</sup> “Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino” por meio de grupos formais (associações e cooperativas) ou informais grupos formais (grupos de agricultores organizados, mas sem organização coletiva juridicamente reconhecida) que vendem sua produção para secretarias estaduais de educação, prefeituras ou escolas” (Fonte: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500756>>. Acesso em: 19/05/2013).

política da relevância das CPAs e da cooperação conforme implementada pelo MST entre final dos anos 80 e início dos 90 não pode ser menosprezada, pois é um dos elementos centrais que explica o sucesso do MST em se nacionalizar, multiplicando as lutas por terras e por reforma agrária e consolidando o Movimento como importante ator político na sociedade brasileira.

Tais problemas forçaram uma revisão do debate dentro do Movimento, impulsionando uma flexibilização das propostas relativas à organização e cooperação dos assentados, que vieram a ressurgir sob novas bases teóricas e práticas, a partir de outras formas de cooperação que não pressupunham a prática do cooperativismo como aplicado às CPAs. O camponês passa a ser valorizado como o portador de um projeto de “comunidade de resistência e superação”, tendo sua cultura tradicional, modo de trabalho e a organização da produção de base familiar valorizados, bem como as formas de cooperação que foram historicamente reproduzidas pelos trabalhadores rurais no Brasil como o mutirão e a troca de dias.

Em relação ao panorama histórico das experiências de coletivização clássicas ou das mais recentes como, por exemplo, as comunas russas ou cooperativas agrícolas sandinistas e cubanas, estas passaram por críticas e autocríticas que contribuíram igualmente para uma “flexibilização”. Esta ideia foi ganhando espaço ante os modelos teórico-ideológicos e a percepção da resistência por parte dos camponeses, levando a uma amenização da ênfase no coletivismo e à aceitação de espaços para a produção familiar (ESTERCI *et al.*, 1992). No caso das experiências do MST, a mesma tendência se apresentou: o formato de cooperação foi “flexibilizado” a partir do final dos anos 90 e ao longo do novo milênio estão sendo tentados projetos de cooperação entre os assentados numa conjuntura repleta de desafios que se interpõem à política de organização dos assentamentos e, num sentido mais amplo, ao avanço da luta por terras e pela reforma agrária. Uma das questões centrais que ainda permanece é a de como conciliar o desejo de autonomia dos assentados com o projeto de cooperação proposto pelo Movimento, viabilizando ao mesmo tempo a reprodução socioeconômica daqueles e o fortalecimento deste em termos sociopolíticos.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Campinas: Hucitec, 1998 (Estudos Rurais; v. 12).

BAVARESCO, Pedro Antônio. **Assentamento Annoni Fase IV (RS): uma análise do seu desempenho sócio-econômico**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1998.

BETTANIN, Fabio. **A coletivização de terra na URSS: Stálin e a “revolução do alto” (1929-1933)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 (Perspectivas do homem; 140).

BORGES, Juliano Luis. “Bases históricas do cooperativismo no MST”. *In: Revista fato & versões*, n. 3, v. 2, 2010. p. 157-173.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na Região Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Paulo, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAZELLA, Antonio Ademir. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes**. O caso do assentamento 30 de outubro – S.C. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1992.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. “Cooperação Agrícola”. In: CALDART, Roseli Salette et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 157-163.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Mestrado em Administração, Curitiba, 2000.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS- PTA)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, fev. 2004.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: **Ensaio e Debates**, set./dez., 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

KLEBA, John Bernhard. **A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina: estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento “Tracutinga”- Dionísio Cerqueira**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 1992.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1988a (Os economistas).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Editora Hucitec, 1988b (Pensamento Socialista).

LÉNINE, Vladimir Ilitch. **Sobre a aliança da classe operária e do campesinato**. Lisboa: Editorial Stampa, 1977.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1, volume I. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988 [1890].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978a (Os Pensadores).

MARX, Karl. "Prefácio". *In: Para a crítica da economia política*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978b, pp. 127-132 (Os Pensadores).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “‘Sem terra’, ‘assentados’, ‘agricultores familiares’: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. *In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MENEZES, Raul; MORAES, Maria Stela; NAVARRO, Zander. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. *In: LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/CPDA, 1999, pp. 19-68.

MST. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de cooperação agrícola n.º5. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil/Secretaria de Desenvolvimento Rural – Ministério da Agricultura, 1997.

MST. **A cooperação agrícola no MST**. 17 de novembro de 2009. Disponível em <<http://www.mst.org>>. Acesso em: 20/11/2010.

MST. **A luta continua: como se organizam os assentados**. Caderno de Formação n.º10. São Paulo: MST, jun. 1986a.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, jun. 1986b.

MST. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Clodomir Santos de Moraes. MST, Caderno de Formação n.º 11, ago. 1986c.

MST. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação n.º 30, set. 1998.

MST. **Manual de Cooperação Agrícola I**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1988.

MST, **Manual de Cooperação Agrícola II**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1989.

MST. **Método de organização: construindo de um novo jeito**. Caderno de Formação n.º 35. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola/Manos Unidas, 2000.

NAVARRO, Zander. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento ‘Nova Ramada’** (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil). Porto Alegre: 1995 (mimeo.).

PEREIRA, Monica Cox de Britto. “Revolução verde”. *In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 685-689.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): institucionalidade, subsídio e eficácia**. Rio de Janeiro e Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999 (Texto para discussão; 648).

ROSA, Marcelo. “Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros”. *In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 23, 2ºsem. 2007, Niterói: EdUFF, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

SHANIN, Teodor. “Coletivização na União Soviética”. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, ano 19, n. 3, dez/89-mar/90. pp. 27-36.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SP, fev. 1999.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le payson polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral.” *In: Anuário Antropológico/87*. Edições Tempo Brasileiro/Editora UnB, 1990, pp. 11-73.

Recebido para publicação em 04 de abril de 2014

Devolvido para revisão em 27 de setembro de 2014

Aceito para publicação em 03 de novembro de 2014